

Jacques Le Goff contra as ocultações do campesinato na História Medieval

Mário Jorge da Motta Bastos
Prof. Doutor – Universidade Federal Fluminense (UFF)
Bolsista de Produtividade CNPq / NIEP-Marx-Prék / *Translatio Studii*
velhomario@gmail.com
Recebido em: 09/11/2015
Aprovado em: 09/02/2016.

Resumo:

Se no princípio da medievalística brasileira esteve um Verbo profano, esse emanou especialmente de Jacques Le Goff, um dos maiores expoentes da controversa terceira geração de historiadores da Escola dos *Annales* e autor de obras que abriram enormes avenidas ao conhecimento, em que pesem as muitas discordâncias de perspectivas que possamos humildemente alimentar em relação às estratégias de pavimentação destes caminhos. Partirei, neste artigo, de um brevíssimo trabalho de nosso autor, revisitando uma de suas raras investidas nos primeiros séculos medievais que, ademais, tem por tema as referências ao campesinato na literatura de época (ou melhor, o silêncio delas). Estimulado por suas referências, dedico-me a refletir sobre as razões e estratégias da ocultação do campesinato na história das sociedades pré-capitalistas (da medieval, em particular) para criticar o pessimismo (ou o reacionarismo?) dos confrades que negam até mesmo a possibilidade de escrevermos a sua história! Pretendo, por fim, realçar a importância de fazê-lo tendo em vista, acima de tudo, o fortalecimento das associações e movimentos camponeses da atualidade.

Palavras-chave: História Medieval; Jacques Le Goff; Campesinato.

Abstract:

If in the beginnings of Brazilian medieval studies was a profane Word, this one emanated especially from Jacques Le Goff, one of the greatest exponents of the controversial third generation of the *Annales* school's historians and author of works that opened large avenues to knowledge, in spite of the many disagreements in the perspectives that we can humbly adopt in relation to the strategies for paving these roads. I depart, in this article, from a very short work of our author, revisiting one of his rare assaults in the early medieval centuries that, moreover, has as it is subject the references to the peasantry in the literature of the time (or rather, their silence). Encouraged by his references, I dedicate myself to reflect on the reasons and strategies of the peasantry concealment in the history of pre-capitalist societies (the medieval, in particular) to criticize pessimism (or reactionarism?) of colleagues who denies even the possibility of write that history! Finally, I intend to emphasize the importance of doing so in view of, above all, the strengthening of the peasant's today's associations and movements.

Keywords: Medieval History; Jacques Le Goff; Peasantry.

Se no princípio da medievalística brasileira esteve um Verbo profano, esse emanou especialmente de Jacques Le Goff, um dos maiores expoentes da controversa terceira geração de historiadores da Escola dos *Annales* (1997), inscrito em páginas célebres de obras como *A Civilização do Ocidente Medieval* (1995), *Para um Novo Conceito de Idade Média* (1980), *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval* (1990), como também em *O Homem diante da Morte* (1989) e *Montaillou* (s/d)... Eram meados da década de 80 do século passado quando se viveu, na academia brasileira, o que designamos, em outro lugar, como uma verdadeira “procura da Idade Média” decorrente de uma mais uma “nova moda proveniente de Paris”! (BASTOS; RUST, 2009)

Graças, inicialmente, às traduções portuguesas daquelas obras, a autopropalada Nova História invadiu o meio acadêmico, tornando-se referência obrigatória nas bibliografias dos cursos universitários, em especial das disciplinas relativas à História Medieval, que passou a suscitar o interesse crescente dos estudantes. E foi essa demanda em expansão que fez constituir-se, em fins da mesma década, o primeiro setor dedicado à História Medieval no âmbito de um programa de pós-graduação brasileiro (PPGH – UFF). Começava, então, o grande *boom* experimentado pela medievalística brasileira nas últimas décadas, que fez com que, em cerca de vinte anos, já fosse possível detectar que a elaboração de dissertações e teses dedicadas ao Medievo ultrapassava os números relativos a áreas de estudo mais tradicionais entre nós, como as de História Antiga e História da América.

É possível que as mais novas gerações de estudiosos brasileiros, vinculadas a programas universitários e grupos de pesquisa dedicados ao medievo e dispersos por todos os cantões do nosso país, não façam ideia de que a atração por aquele “passado” em especial tenha sido, de certa forma, um efeito colateral em nosso meio. Costumo afirmar, sempre que posso, aos (às) jovens medievalistas incrédulos(as) que encontro todos os anos em salas de aula e eventos diversos – talvez com algum exagero – que, fossem Ladurie e Le Goff assiriólogos, seriam temas hoje correntes em nossos muitos eventos os problemas relativos à cultura acadiana e às manifestações simbólicas do renascimento sumério. Somos consequência, a rigor, em grau elevado, naquilo que devemos à escola francesa, de uma dádiva corrente de Clio, que parece regozijar-se com promover ao gigantismo tantos medievalistas franceses, fazendo-os célebres e inovadores e alçando-os, ademais, ao estrelato internacional!

Nesta longa lista insere-se Jacques Le Goff (1924-2014), medievalista que ora suscita, no Brasil, nova homenagem de um periódico que lhe dedica as páginas principais de um número especial. Trata-se do historiador que assinou, junto com Pierre Nora, em 1974, aquele verdadeiro manifesto da *Nouvelle Histoire* materializado em obra coletiva que celebrou, segundo François Dosse (1992), a ruptura com a perspectiva totalizante do conhecimento histórico cultivada por Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, entre outros, além de promover o radical deslocamento de seu centro de interesse, que migrou “do porão ao sótão” (BURKE, 1997)! Assim, e concordando com a crítica, se um dos seus mais famosos discípulos viu materializado em Jacques Le Goff o “ogro historiador” (REVEL; SCHMITT, 1999) delineado pelo grande historiador Marc Bloch (2001), o “monstro” em questão não teve tempo, ou mesmo inclinação, para reunir num corpo unitário e articulado os muitos órgãos e fragmentos de tecidos que dispôs ao longo da vida na mesa de trabalho de seu laboratório!

Mas, não é este o lugar para aprofundar controvérsia tão geral, e sim para celebrar, criticamente, as contribuições tão diversas, e riquíssimas de potencial, promovidas pelo medievalista francês em sua longa e prodigiosa carreira acadêmica, de que os leitores terão um pálido reflexo nas páginas desta revista. Jacques Le Goff foi um daqueles grandes historiadores dos quais se costuma afirmar que abriram enormes avenidas ao conhecimento, em que pesem as muitas discordâncias de perspectivas que possamos humildemente alimentar em relação às estratégias de pavimentação destes caminhos. Historiador de uma civilização agrária como a que nos ocupa, o medievalista, nascido em Toulon em 1924, e que trilharia sua carreira em Paris, amava, contudo, especialmente as cidades, às quais dedicou uma célebre homenagem (LE GOFF, 1998), podendo até mesmo ter chegado a manifestar um certo desamor pelo campesinato (CARDOSO, 2002, p. 27).

Ainda assim, partirei, neste artigo, de um brevíssimo trabalho de nosso autor, revisitando uma de suas raras investidas nos primeiros séculos medievais que, ademais, tem por tema as referências ao campesinato na literatura de época (ou melhor, o silêncio delas). Trata-se, como de costume, de abordagem plena de achegas interessantíssimas, e que representou uma verdadeira instigação de fundo aos estudos que eu mesmo dediquei à relação entre religião, dominação e resistência social no contexto da transição da Antiguidade à Idade Média, na Península Ibérica (BASTOS, 2013). A essa altura, o leitor

mais atento já sabe que me refiro a um dos artigos reunidos em *Para um novo conceito de Idade Média* (1980), intitulado “Os camponeses e o mundo rural na literatura da Alta Idade Média (Séc. V e Séc. VI)”.

Tomando por fontes os autores célebres do período, dentre os quais Salviano de Marselha, Cesário de Arles, Martinho de Braga, Gregório de Tours, Gregório, o Grande e Fortunato, Le Goff se propõe a perscrutar um silêncio: “Mal exagerando a realidade, devo confessar que não há camponês nem mundo rural na literatura dos séculos V e VI e o meu objetivo deve pois ser, antes de tudo, explicar tal ausência” (LE GOFF, 1980, p. 122). Assim, o primeiro objetivo de sua abordagem consiste em explicar o “escamoteamento da sociedade rural e, mais particularmente, o da sociedade camponesa na literatura” do período, impondo-se, de seguida, “encontrar, sob diversos disfarces, os camponeses desaparecidos...” (LE GOFF, 1980, p. 123).

Quanto ao referido ocultamento, Jacques Le Goff reúne três razões essenciais da sua promoção. Em primeiro lugar, afirma que a ideologia de época – herdeira das tradições grecorromana, bárbara e judaico-cristã – não era favorável ao *trabalho* e, em especial, ao trabalho humilde destinado a simples subsistência. Em segundo lugar, decaíra então, socialmente, o estatuto do campesinato livre, ficando ainda mais o trabalho dos campos associado a dependentes diversos e igualmente indignos de “consideração”. Por fim, o desaparecimento do camponês nas fontes literárias dos primeiros séculos medievais é fruto, também, de uma decadência artística caracterizada pela “regressão geral do realismo e, singularmente, do realismo social e humano na literatura e na arte.” (LE GOFF, 1980, p. 125). Estimulado pelas incipientes referências do autor, o restante deste artigo dedicar-se-á a refletir sobre a questão de forma mais ampla, considerando as razões e estratégias da ocultação do campesinato na história das sociedades pré-capitalistas (da medieval, em particular) para criticar o pessimismo (ou o reacionarismo?) dos confrades que negam até mesmo a possibilidade de escrevermos a sua história! Pretendo, por fim, realçar a importância de fazê-lo tendo em vista, acima de tudo, o fortalecimento das associações e movimentos camponeses da atualidade.

Realidade social intrínseca e fundamental às sociedades pré-capitalistas até que o advento da sociedade burguesa fez com que “tudo que era sólido se desmanchasse no ar!”, os campesinatos constituem hoje uma força social dinâmica em especial em diversos países periféricos do mundo, alvos principais da concentração fundiária e da

disseminação do agronegócio e um dos principais opositores do processo insidioso de subsunção real do campo e da agricultura ao capital. Organizados em associações várias de cunho local, nacional (Contag, MST, no Brasil) e internacional (Via Campesina), as comunidades camponesas revelam sua tenacidade na luta pelo acesso à terra e pela preservação dos seus quadros de vida comunitária e de solidariedade “aldeã”, assumindo a condição de protagonistas na resistência às formas ampliadas de reprodução do capital.

Urge que o meio acadêmico – aos seus profissionais engajados nas lutas do presente, em geral, aos historiadores em especial, e ainda aos medievalistas em particular –, entre outras iniciativas, as ações voltadas a uma perspectivação e fundamentação histórica das formas de organização e sociabilidades camponesas. Abordar-se-á em detalhe, e em perspectiva comparada, as diversas experiências históricas de estruturação das sociedades de base agrária, das formas de dominação sofridas e de resistência desenvolvidas pelos campesinatos ao longo da História, fomentando e apoiando a elaboração de uma história do “mundo camponês” que, inscrita na longa duração, desvele o seu protagonismo, fundamente a sua ação no tempo presente e apoie os seus (nossos!) anseios de futuro.

Trata-se, portanto, com base no diálogo entabulado a partir do reconhecimento das especificidades do nosso presente, realçar que o advento do capitalismo promoveu, em meio a tantas radicais transformações, um deslocamento essencial das bases de existência e reprodução das sociedades ocidentais europeias. O processo que ficou conhecido como o da acumulação primitiva de capitais e que envolveu o famoso cercamento dos campos deu ensejo à massiva expropriação do campesinato, ao advento da forma burguesa de propriedade e à constituição da sociedade industrial pautada pela lógica da produção de mercadoria. Nesse contexto, o do advento do capitalismo, o destino do campesinato pareceu mesmo selado: ele estaria fadado ao desaparecimento, absoluto pela incompatibilidade entre suas formas tradicionais de existência e as demandas radicais do novo sistema, e relativo, dada à sua decomposição num proletariado rural.

Esse é um dos âmbitos aos quais se aplica, como uma luva, a famosa frase do *Manifesto Comunista* acima referida! Milhares de anos de existência – de formas tradicionais de produção e reprodução da vida material, social e afetiva – viraram poeira, escombros sob os quais se erigiram novas relações, determinações, sociabilidades e bases de existência pautadas pelas demandas da reprodução do capital, processo que pode ser considerado em seus muitos matizes e em cores vigorosas em estudos clássicos e

brilhantes como os de Edward P. Thompson dedicados ao advento da sociedade industrial (THOMPSON, 1998).

De certo, a parte mais volumosa desses escombros, se vasculhada com o zelo e a devoção característicos dos arqueólogos, revelará blocos bastante compactos ainda de sociedades pré-capitalistas diversas que o capitalismo subverteu e deglutiou, sociedades agrícolas pautadas em regimes agrários diversos. Aqui nos referimos a sociedades caracterizadas, todas, pelo predomínio generalizado do que chamamos atualmente de setor primário da economia, quando a imensa maioria da população – algo em torno a 90 a 95% dela, por exemplo, mesmo nas regiões que estiveram na linha de frente do mal designado renascimento urbano do século XI no Ocidente medieval – vivia não só radicada no campo como orientada pela produção para consumo direto (produção de valor de uso) por um processo organizado e reproduzido no âmbito da família e da comunidade, articulada, portanto, em relações sociais de cunho familiar e local que se impunham como uma base estável e tradicional de existência.

Sociedades hierarquizadas e cindidas na sua imensa maioria, a condição essencial da existência nestas sociedades pré-capitalistas envolveu a articulação entre produção camponesa – sob formas de organização da produção diversas, marcadas por níveis também distintos de autonomia produtiva e sujeição social – e extração de excedentes por elites dominantes também diversas que se destacaram, contudo, por sua ascendência e pelos níveis de controle variados que impuseram aos camponesatos. Assim, o binômio autonomia/sujeição determinou, em grande parte, as estruturas, relações, quadros de existência e de vida cotidiana camponesa nestas várias sociedades, circunscrevendo um longuíssimo percurso histórico em meio ao qual é possível discernir elementos estruturantes que pautam a diversidade de seus matizes.

Mas, quem eram (são) os camponeses? Por improvável que possa parecer, as tentativas de definição do camponesato envolvem polêmicas consideráveis, que o tornam um objeto muito mais fugidio do que parecemos capazes de admitir. Tomando, contudo, as suas expressões mais correntes, de clássicos devidos a Teodor Shanin (2005), Eric Wolf (1976) e Alexander Chayanov (1966), a estrutura camponesa costuma ser definida por algumas características essenciais. São elas: 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar; 3) economia essencialmente de subsistência, ainda que isso não exclua a

vinculação eventual ou permanente ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, como dispor do excedente etc.

Cada um desses elementos se manifesta, aparentemente, num âmbito bem específico que se supõe que seja de natureza “econômica”. Porém, a rigor, mobiliza e articula um conjunto muito vasto e, principalmente, sistêmico, de manifestações, de “saberes” e “fazeres” que dão um sentido profundo à vida camponesa, porque fundam, sustentam e envolvem a reprodução, no tempo, de sua existência. Quanto a essa, importa afirmar que ela é essencialmente dinâmica, ao contrário de preconceitos diversos gerados em contextos históricos distintos – inclusive o nosso – que insistem em associar o mundo camponês ao atraso, à incultura, à falta de urbanidade, de civilidade.

Essa última referência evoca um verdadeiro, mas apenas aparente paradoxo. Ora, acabo de lhes afirmar a vigência, em longuíssima duração histórica, das sociedades agrárias, quadro milenários nos quais o campesinato constituiu uma força social ativa e essencial, um agente histórico crucial no curso da formação, caracterização e transformações das sociedades humanas. E, contudo, esse mesmo campesinato, onipresente em sua condição de sujeito histórico, parece constituir sempre uma realidade fugidia na documentação, tanto em termos absolutos – são, em cada contexto específico, diminutas as fontes históricas relativas ao campesinato – quanto em termos relativos – teremos que aguardar o crepúsculo das sociedades agrárias para enfim “ouvirmos” falarem diretamente os camponeses, até então sempre referido por outros!

Dito com outras palavras, o campesinato constitui uma espécie de sujeito oculto dos registros de outrora, agentes que perscrutamos relacionados anonimamente a verbos diversos, não necessariamente conjugados na voz passiva, mas que as narrativas pretendem constituir como sujeitos nulos. Talvez seja então compreensível que alguns colegas medievalistas mais pessimistas cheguem a afirmar a total impossibilidade de se escrever uma história do campesinato na Idade Média! Ora, que me desculpem esses, e todos os outros, mas ousar dizer que se não é possível uma história do campesinato na Idade Média, não é possível qualquer história da Idade Média, a menos que nos contentemos com expressões muito específicas suas, com vislumbres muito limitados e restritos de uma civilização que, alheada de sua base agrária e camponesa, limita-se a um epifenômeno carente de sua energia vital.

Digo isso porque a perspectiva é equívoca e, já que me referi a Le Goff, não custa convocar Duby em meu socorro:

Então, a arte urbana – a arte das catedrais – extraiu dos campos vizinhos o principal alimento de seu crescimento, e foram os esforços de inumeráveis pioneiros, desmatadores, plantadores de cepos, construtores de valas e de diques que, no êxito de uma imensa conquista agrícola, levaram à sua realização. Tendo como cenário novas colheitas e jovens vinhedos, ergueram-se as torres de Laon: esculpida na pedra, a figura dos bois de trabalho as coroa; nos capitéis de todas as catedrais florescem ramos de videiras. As fachadas de Amiens e de Paris representam os ciclos das estações através da imagem dos trabalhos do campo. Justa celebração: esse cultivador que afia sua foice, esse vinhateiro que talha, capina, ou faz suas mudas, com o trabalho fizeram com que da terra brotasse o monumento. Ele é o fruto do seu trabalho. (DUBY, 1993, p. 57).

É equívoca, como afirmei, a perspectiva não apenas pela ótica de que aquele sujeito oculto possa ter sido mera pré-condição ou necessidade material para que a História com H maiúsculo, aquela que interessa, se processasse a despeito dele, na sua ausência ou à sua revelia! É equívoca porque o mundo camponês não apenas subjaz como se manifesta de forma pervasiva, ainda que fragmentada e distorcida, nos testemunhos emanados das sociedades pré-capitalistas. Importa, inclusive, e muito, considerar os fatores, as razões de todo o esforço relativo de ocultação. Ora, ela é perspectiva subjacente às visões de mundo das classes dominantes – sobretudo de ontem mais também de hoje – isto é, a naturalização das suas condições sociais de existência, de uma ascendência que decorre de fraturas, desequilíbrios e violências de tipos diversos. Como bem destacou Bourdieu, “toda ordem estabelecida tende a promover... a naturalização [e, para ajustá-la ao nosso contexto, eu diria que também a sobrenaturalização!] das suas próprias arbitrariedades”. (BOURDIEU, 1994, p. 52)

Naturalização e sobrenaturalização que confundem exploração com reciprocidade, concessão gratuita com a derivada do terror promovido pela violência efetiva e potencial, subserviência espontânea com aquela decorrente de pressões cotidianas várias, inclusive de uma poderosa hegemonia que pretende envolver a vida inteira das classes subalternas nas categorias e esquemas de dominação. Como já afirmou Edward P. Thompson, “um dos principais mecanismos de reprodução do *status quo* é que a existência cotidiana está

saturada de elementos de reafirmação e reprodução da ordem estabelecida” (THOMPSON, 2001, p. 255).

Mas, é essencial que sejamos precisos neste tópico: essas “imagens” vigorosas não são fruto de uma produção deliberada e maniqueísta, ainda que toda a História tenha conhecido os seus embusteiros, mas de uma perspectiva que decorre da visão socialmente determinada das próprias classes dominantes, que apreendem a sociedade e o mundo a partir de uma inserção social específica. Essas classes não são produtoras essencialmente conscientes da fetichização das relações sociais nas suas mais diversas formas históricas, mas são também por ela determinada em função dos mecanismos estruturais de reprodução dos sistemas dos quais participam.

Outro mecanismo importante da ocultação a que venho me referindo me permite estabelecer o nexos fundamental da articulação que ainda preciso considerar com vocês, estando já bem próximo de abusar da paciência de todos. Peço apenas para usufruir um tanto mais da vossa boa vontade e hospitalidade para lhes propor que o nexos de articulação fundamental dos “saberes” e “fazeres” campestres encontra-se na complexa e essencial relação que nos constitui em nossa humanidade: o trabalho! Impossível não lembrar, a essa altura, de um famoso texto redigido por Engels em 1876 e publicado em 1895-1896, intitulado *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*:

Quando o homem se separa definitivamente do macaco, [o] desenvolvimento [do trabalho e da palavra], muito longe de cessar, continua, em diferentes graus e diferentes direções, entre os distintos povos e nas distintas épocas, sendo também interrompido, às vezes, por regressões de caráter local ou temporal, mas avançando no conjunto a grandes passos... (MARX; ENGELS, 1971, II, p. 78).

Segundo a perspectiva dos fundadores do materialismo histórico, os seres humanos, organizados em sociedade que criam e por intermédio do trabalho, transformam a natureza e, ao fazê-lo, transformam a si mesmo: “ao mesmo tempo em que agem (...) sobre a natureza exterior e a modificam, eles modificam sua própria natureza e desenvolvem as faculdades que nela estão adormecidas” (MARX, 1965-1967, I, p. 180). Engels, por seu turno, também insistiu na importância dessa relação: “por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, achamo-nos em seu seio”. Nosso domínio sobre ela consiste em que, à diferença dos demais seres vivos terrestres, “somos

capazes de conhecer suas leis e de aplicá-las adequadamente” (MARX; ENGELS, 1966, pp. 80-91).

O processo de trabalho compreende três fatores simples: (1) o próprio trabalho, “uma atividade adequada a um fim”; (2) o objeto de trabalho, aquilo sobre o qual se exerce o trabalho humano; (3) e o meio de trabalho, isto é, “aquele objeto ou conjunto de objetos que o trabalhador interpõe entre ele mesmo e o objeto de trabalho para desenvolver a sua atividade”. A natureza é ao mesmo tempo o objeto geral e meio geral de trabalho para a espécie, podendo muitas vezes prover diretamente os instrumentos que utilizamos ao trabalhar: um galho caído, por exemplo, pode servir de alavanca. Mas, desde tempos muito antigos da pré-história, apareceram igualmente instrumentos de trabalho fabricados pelos seres humanos (ferramentas). O resultado do processo de trabalho é o produto, um valor de uso.

Portanto, o trabalho foi e é o processo fundamental da constituição dos seres humanos em sua historicidade, porque é ao mesmo tempo a base crucial da articulação indissolúvel, em cada um de nós como membros da espécie, do “saber” e do “fazer”. Nós humanos avançamos em nossa condição de macacos superiores graças à essencial articulação entre pensamento e ação e pelo trabalho, mas ele também constitui um mecanismo fundamental de ocultação e de fetichização que sustenta todos os sistemas sociais fundados na exploração.

Os pontos de partida desta nossa longa aventura remetem ao paleolítico superior (há pelo menos 2,5 milhões de anos), com a manufatura dos primeiros instrumentos de caça que dotaram os humanos da condição não imediatamente orgânica de superar animais mais velozes e mais fortes com base no aprimoramento de nossa destreza. Os elementos de afirmação de uma espécie dotada de um corpo frágil envolveram o desenvolvimento da capacidade cerebral de raciocínio, comunicação e a habilidade dos nossos membros superiores.

Portanto, o frágil macaco nu afirmou-se pela conjugação vigorosa entre pensamento e prática, potência e ação. Essa é a unidade constitutiva de nossa espécie: toda ação constitutiva e produtiva humana é potenciada na mente, e já foi dito “que a melhor das abelhas invejaria o pior dos arquitetos” porque para esses a ação produtiva está articulada ao raciocínio. Não constitui nenhuma novidade afirmar que “a primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos” (MARX &

ENGELS, 2007, p. 279), mas é preciso destacar que tal referência não supõe, como frequentemente se imagina, que os autores citados defendessem a tese de que o motor dos destinos humanos estivesse concentrado na região do nosso estômago! Afirmar que a condição primária de existência é a satisfação das necessidades biológicas não implica em dizer que é preciso primeiro comer para depois filosofar, mas sim que há um filosofar essencial intrínseco e dialeticamente articulado a todo e qualquer esforço de aquisição de energia corpórea. Pensar é condição para comer porque o pensamento é condição e parte inextricável de toda prática humana e social.

Assim, a condição lógica e histórica fundamental, porque primária, de todo desenvolvimento cultural humano é o saber produtivo que está na base de nossa existência e reprodução. Ora, qual a condição necessária, ainda que não suficiente, da constituição histórica de nosso “sujeito oculto”, o campesinato? O desenvolvimento da agricultura, o famoso processo designado, desde o arqueólogo Gordon Childe (1978), de Revolução Neolítica ou Agrícola, que redundou, desde cerca de dez mil anos antes de Cristo, na progressiva supremacia da agricultura e da criação como atividades fundamentais de reprodução das comunidades humanas. De predadores os seres humanos passam, progressivamente, à condição de produtores, de espécie única – na verdade a par de algumas formigas! – capaz de transformar a natureza, de agir sobre ela para obter o seu sustento.

Mas por que os “saberes” e “práticas” desenvolvidas no quadro da constituição das sociedades agrárias foram apenas a condição necessária, mas não suficiente para o surgimento do campesinato na História? Porque os campesinatos surgem, historicamente, como resultantes de complexos processos de fratura, diferenciação e desigualdade social que cindiram as comunidades humanas. Quadro básico e genérico de existência em muitas sociedades do passado e de hoje, o trabalho da terra redundou em forma de especialização e expressão da divisão do trabalho social em condições gerais de subalternização. Como já destaquei, as definições clássicas do campesinato fazem todas menção a formas variadas de extração de excedentes a que estão historicamente submetidas as comunidades camponesas no seio de sociedades englobantes diversas, submetidas a punções cotidianas e sistêmicas que sustentam a existência material de classes dominantes terratenentes organizadas em formas estatais também diversas.

Foi essa diferenciação histórica que, ademais, também em graus diversos, promoveu as especializações que cindiram a unidade primária e essencial existente entre os “saberes” e os “fazeres”, constituindo os primeiros como entidades superiores, exclusivas e verdadeiras manifestações do intelecto humano, e os segundos como funções menores, carentes de intelectualidade e desqualificadas em graus e por razões diversas. Esse quadro foi, de certo, ainda mais distintivo nas sociedades pré-capitalistas, em que os processos de produção agrícola eram em grau bastante elevado dominados e dinamizados pelas próprias comunidades camponesas.

Talvez apenas o capitalismo, com a cisão essencial que opera entre os produtores e os meios fundamentais de produção, e por suas exigências de desenvolvimento incessante das forças produtivas, tenha vindo a reabilitar uma relação primária – a do saber como técnica de produção – mas isso ao custo da perda do seu controle pelo trabalhador e da submissão do trabalho vivo ao trabalho morto concentrado no capital. Assim, o capitalismo reabilita o trabalho, mas ao preço, literalmente, da sua perdição e fetichização. Não é graças a ela que sindicatos patronais de industriais orgulhosos associam às suas entidades o indevido epíteto de “produtores”? Mas, a rigor e essencialmente, em qualquer sociedade que consideremos – a medieval, obviamente, entre elas – o mais abstrato e intelectualizado dos saberes é fruto necessário da divisão social do trabalho, e tem na sua expressão produtiva uma condição *sine qua non* de sua existência!

Portanto, subverter as imagens subvertidas que nos projetam as mais diversas sociedades remotas no tempo depende de nossa iniciativa de fustigar seus esquemas dominantes de autorreferenciação, desrespeitando respeitosa e – porque pautados nos mais rigorosos e controlados quadros teórico-metodológicos de análise – seus modelos sublimados de harmonia social decorrentes da feliz e benéfica plena reciprocidade estabelecida entre “clérigos piedosos”, “honrados cavaleiros” e “humildes camponeses”.

Num nível mais imediato e específico, impõe-se restabelecer a valoração de uma articulação essencial entre os “saberes” e os “fazeres” camponeses. A agricultura é obra e arte de camponeses e camponesas do mundo inteiro, uma obra que teve início há algo em torno há 10 mil anos e que continua a se desenvolver. Saber e poder cultivar foi, em grau considerável, o que nos fez humanos.

Trata-se de uma atividade que requer diversos saberes e habilidades, dentre as quais podar, enxertar, tosquiado, domar, domesticar, fiar, tecer, curtir, salgar, secar, fermentar, fabricar e reparar instrumentos diversos, selecionar as melhores plantas e animais, prever o clima, cortar a madeira no momento adequado, reconhecer a lua adequada para plantar, podar e colher constituem apenas algumas das mais comuns. Povos de diversas partes do mundo – sob as mais diversas condições sociais, econômicas, culturais e de ecossistema – construíram seus saberes até atingir níveis de refinamento e sofisticação que ainda é difícil vislumbrar em toda a sua extensão (GRAIN, 2009, p. 4).

Permitam-me, então, lembrá-los da citação anterior de Georges Duby. O contexto tradicionalmente celebrado por medievalistas de todos os quadrantes como o do apogeu da civilização ocidental europeia na Idade Média central – entre os séculos XI e XIII – o de uma civilização que floresceu em muitos e variados níveis, dentre os quais o arquitetônico e o intelectual, com suas catedrais e universidades, é o mesmo do pujante desenvolvimento da economia dos campos, favorecida por melhorias diversas introduzidas nos sistemas agrários e nas técnicas e instrumentos de produção.

As melhorias e inovações em questão não foram resultado da sorte nem constituem um coleção fortuita de implementos, mas sim o resultado “conjuntural” do enfrentamento das linhas de resistência imposta pelo meio – natural e social – aos produtores diretos no processo de produção. Decorrem, portanto, de séculos de observação, de reflexão, de experimentação, do ensaio-e-erro que caracteriza as estratégias por excelência dos “saberes” e “fazeres” humanos. São iniciativas voltadas à superação das limitações e entraves, das armadilhas e “becos sem saída” potenciais e intrínsecos a cada esforço de adaptação. Iam, assim, as sociedades camponesas dando ensejo a sistemas agrários diversos, mobilizando instrumentos e técnicas sempre no quadro de relações sociais específicas que organizavam a produção, mas, também, a circulação e a apropriação desigual de seus excedentes.

Durante aqueles três séculos, uma verdadeira revolução agrícola medieval alimentou uma expansão demográfica, econômica e urbana sem precedentes na História do período, como manifestação decorrente da cultura – no seu mais vigoroso e amplo sentido – própria do campesinato. Foram eles que levaram a cabo o longo, paciente e delicado processo de separar o joio do trigo, de converter ervas daninhas em alimento. Foram eles quem disseminaram sementes, compartilhando-as por todo o mundo. O trabalho genético e ecológico realizado por cérebros e mãos camponesas nos cultivos que ontem e hoje nos

nutrem não conhece paralelo na História. Nada do que foi alcançado pelo melhoramento genético moderno teria sido possível sem a base da domesticação, melhoramento e diversificação originárias das inúmeras experiências camponesas disseminadas por todo o planeta.

Nem o mais sofisticado trabalho de cruzamento e seleção realizado em qualquer centro de pesquisa pode ser comparado com a tarefa de converter o teosinto em milho (esse cereal que representa hoje 21% da nutrição humana e que foi “domesticado” há 9 mil anos a partir de uma espécie de capim). (GRAIN, 2009, p. 6).

As últimas décadas têm sido marcadas, entre nós e além, pelo sistemático assassinato de lideranças rurais em mortes decorrentes de conflitos fundiários. Houve também tentativas de assassinatos que por pouco não se concretizaram. Lavradores, quilombolas e indígenas são todos os condenados da terra, esquecidos pelas políticas públicas de demarcações e reforma agrária, e estão pagando com suas vidas no enfrentamento hercúleo que seguem travando. Os números, disponíveis a todos os interessados no sítio da Comissão Pastoral da Terra, são estarrecedores. Mas as últimas décadas são, também, como já destaquei, as do avanço da organização desses deserdados em entidades diversas de cunho local e nacional, como o MST, cujo ato efetivo e simbólico de fundação ocorreu em 1984, no Paraná, um dos estados brasileiros campeões da violência no campo, e internacional, como a Via Campesina.

Urge, portanto, que redimensionemos a caracterização global do milênio pré-capitalista medieval, bem como outras fatias de duração sua, superando, com base na melhor tradição da teoria crítica marxista, as visões idealistas que põe em xeque, mais do que a decifração do passado, a compreensão da historicidade que instituiu o nosso presente em curso. Nesse sentido, impõe-se enquadrar no centro daquela formação social essencialmente agrária a diversidade de relações, de práticas sociais e de experiências do campesinato, em sua luta cotidiana pela existência, reprodução material e social e resistência à dominação aristocrática (SCOTT, 1985). Aquilo que a dissipação das *Brumas de Avalon* daquele passado nos desvela é uma sociedade medieval marcada por acirrada violência de classe, por desigualdades e exploração intensas, e pela luta cotidiana e diversa contra as suas manifestações, expressões perturbadoras que, ao ecoarem das fontes, maculam a Idade Média onírica que aprendemos a celebrar. Promovamos, pois,

enfim, “a História a contrapelo” (BENJAMIN, 1987) para revelar, em toda a sua magnitude, aquilo que nos ensinou o ogro historiador no artigo que serviu de base a este estudo (LE GOFF, 1980, p. 131), isto é, que “a classe camponesa, na Idade Média [e além], é a classe perigosa”!

Referências:

- ARIÉS, Philippe. **O homem diante da morte**, 2 vols. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989 (1ª. edição francesa em 1977).
- BASTOS, Mário Jorge da Motta. **Assim na Terra como no Céu: Paganismo, Cristianismo, Senhores e Camponeses na Alta Idade Média Ibérica (Séculos IV-VIII)**. São Paulo: Edusp, 2013.
- BASTOS, Mário Jorge da Motta; RUST, Leandro Duarte. *Translatio Studii*. A História Medieval no Brasil. **Signum** 10, 2009, pp. 163-188.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história. IN: **Obras escolhidas**. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 2-232.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 (1ª. edição francesa em 1949).
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (ed.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, pp. 46-86.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas, In: CHEVITARESE, André Leonardo (ed.). **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, pp. 19-42.
- CHAYANOV, Alexander. **The Theory of Peasant Economy**. Manchester: Manchester University Press, 1966.
- CHILDE, Vere Gordon. **A Evolução Cultural do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- DUBY, Georges. **O Tempo das Catedrais**. A Arte e a Sociedade – 980-1420. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- GRAIN. La agricultura: sus saberes y cuidados. Disponível em <http://www.grain.org/es/article/entries/1201-la-agricultura-sus-saberes-y-cuidados>. Consulta em 15.12.2014.

- LADURIE, Emanuel Le Roy. **Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia francesa (1294-1324)**. Lisboa: Edições 70, s.d. (1ª. edição francesa em 1975).
- LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa, Editorial Estampa, 1980 (1ª. edição francesa em 1977).
- _____. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____. **A civilização do Ocidente Medieval**, 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 (1ª. edição francesa em 1964).
- _____. **Por Amor às Cidades**. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, 1998.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (eds.). **Faire de l'histoire. Nouveaux Problèmes; Nouvelles Approches; Nouveaux Objets**, 3 vols. Paris: Gallimard, 1974.
- MARX, Karl. **Le capital: Critique de l'économie politique**. Paris: Éditions Sociales, 1965-1967. 8 vols.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Escritos económicos varios**. México: Grijalbo, 1966.
- _____. **Obras escogidas en dos tomos**. Moscú: Editorial Progreso, 1971. 2 vols.
- _____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- REVEL, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (eds.). **L'Ogre Historien**. Autour de Jacques Le Goff. Paris: Gallimard, 1999.
- SCOTT, James C. **Weapons of the weak: everyday forms of resistance**. New Haven and London: Yale University Press, 1985.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA** n. 7, ano 8, Jul./Dez. 2005, pp. 1-21.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (eds.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 230-289.
- WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.